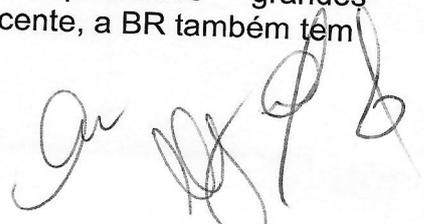
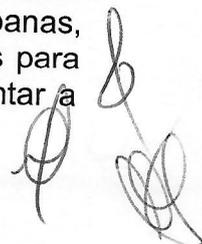


ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, SC, EM 14 DE MARÇO DE 2023.

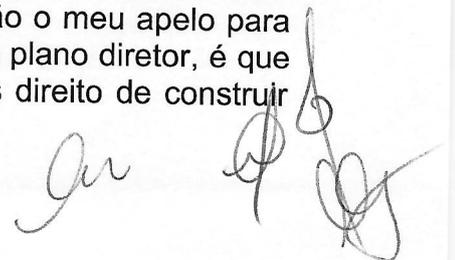
Aos quatorze e dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, às dezoito horas e quinze minutos em segunda chamada, realizada online através da ferramenta Google Meet, reuniu-se o Conselho Municipal do Meio Ambiente, convocado via e-mail e via whatsapp, com as presenças dos seguintes Senhores Conselheiros: **01. Maria Heloisa B. C. Furtado Lenzi** (SEMAM), **02. Eduardo Moraes Sonda** (CREA-SC), **03. Márcia Regina Gonçalves Achutti** (Instituto Catarinense de Conservação da Fauna e Flora – ICCO), **04. João Gabriel Assumpção Carvalho** (Emasa), **05. Gilmar Edson Koeddermann** (SINDUSCON), **06. Paulo Junek** (Comitê do Rio Camboriú), sendo o Secretariado realizado por **Analine Anton** (SEMAM). Havendo número legal, os presentes foram saudados pela Presidente do Conselho, Sra. Maria Heloísa B. C. Furtado Lenzi. Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior (22/11/2022), a qual já havia sido encaminhada via e-mail a todos os conselheiros. Então com assunto da Pauta é a apresentação sobre o Plano de Manejo da Mata Atlântica, eu apresento oficialmente para vocês Sandra que é a nossa engenheira Florestal do licenciamento, Sandra vai fazer a apresentação das diretrizes, uma apresentação mais expedita do que compõe o plano de recuperação da Mata Atlântica, e como havíamos falado vamos disponibilizar para vocês analisarem e fazerem sugestões, após alinharmos com a empresa a data da nossa audiência, e após análise se o documento estiver dentro do esperado vamos para a audiência pública, para podermos aprovar esse documento em reunião única, passo a palavra a Engenheira Sandra. Boa noite a todos, fazendo uma breve introdução o plano Municipal de conservação e recuperação da mata atlântica, é um documento previsto em lei, e conforme a lei da Mata Atlântica ele é um dos requisitos para que o município acesse recursos do Fundo de restauração do bioma Mata Atlântica, se o município quiser implementar algum projeto com recursos desse fundo voltado para conservação, pesquisa científica ou até mesmo recuperação de áreas, é necessário que tenha elaborado esse plano Municipal, e que ele seja devidamente aprovado pelo Conselho Municipal, conforme o artigo 43 do Decreto há alguns itens mínimos que devem conter nesse plano, que é o diagnóstico da vegetação nativa, a questão dos principais vetores de desmatamento nas áreas prioritárias para conservação e recuperação, assim como as indicações de ações preventivas aos desmatamentos. O diagnóstico da vegetação nativa a partir desse plano Municipal identificou cerca de um pouco mais de 2.300 hectares de áreas ocupadas por formações nativas remanescentes que corresponde um pouco mais de 50% do território do município, que é composto por mais de 4.500 hectares, desses 2300 hectares cerca de quase 93%, é formado por floresta ombrófila densa de submontana, seguida de floresta ombrófila densa aluvial, e em menores proporções temos a floresta ombrófila densa de terras baixas, manguezal e restinga, conforme vocês podem visualizar no gráfico, aqui nesse slide seguinte temos a caracterização desses fragmentos que foram diagnosticados, mostrando para vocês a delimitação na porção norte e nordeste do território, na imagem á seguir as porções Sul e Sudeste, e centro do Município, onde estão localizados esses fragmentos de vegetação nativa, sejam eles de floresta ombrófila densa, de restinga, de manguezal. Enfim é importante destacar que o maior fragmento foi diagnosticado com um pouco mais de 780 hectares, que é o fragmento de número 29, eu não sei se vocês conseguem visualizar ele aqui no slide, com relação aos principais vetores de desmatamento seguem alguns pontos que foram levantados, por exemplo a implantação da BR 101 que através da sua construção acabou fragmentando grande área de florestas, que perderam conexão, além disso também foram implantados grandes empreendimentos as suas margens assim como na morraria adjacente, a BR também tem



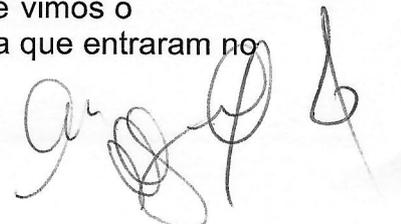
como vetores de desmatamento a questão de novos parcelamentos do solo e também ocupações irregulares em locais de florestas e áreas de preservação permanente, sejam essas áreas de preservação permanente por declividade ou de proteção de curso d'água. Com relação às áreas prioritárias para conservação o objetivo é criar um mapeamento de escala local, identificando remanescentes do bioma mata atlântica, esses fragmentos foram classificados em classes de prioridade de ação sendo elas extremamente altas, muito alta, e alta essa é uma metodologia utilizada pelo Ministério do Meio Ambiente, e foi implementado para o nosso Plano Municipal, foi utilizado como critério para definição dessas classes de prioridade, a questão de beleza cênica, a questão dessas áreas de preservação de Mananciais de abastecimento, as próprias áreas de preservação permanente, corredores ecológicos, tanto aqueles que já atuam como corredores ecológicos em si, como aqueles que apresentam potencial para implantação, a questão de áreas favoráveis à implantação de unidades de conservação, encostas e topos de morro, áreas de risco de escorregamento de massa, assim como fragmento de vegetação nativa preservada, que apresenta significativa importância para a biodiversidade local. A partir desse levantamento foi possível elaborar um mapa que apresenta onde estão localizados esses fragmentos, em vermelho temos aquelas áreas que foram classificadas como prioridade extremamente alta, fragmentos mais expressivos, ou seja, de significativa biodiversidade e importância ambiental, eles foram classificados como prioridade extremamente alta, na sequência em laranja temos aqueles que foram categorizados como prioridade muito alta, e por fim aqueles com prioridade alta. Aqui algumas imagens dessas áreas prioritárias para conservação, tem as morrarias preservadas, e a restinga na praia de Estaleiro que foram categorizados como prioridade de conservação extremamente alta, os fragmentos de restinga também foram definidos com prioridade extremamente alta na região sul e região central da APA Costa Brava, o fragmento florestal urbano na região da praia de Estaleiro com prioridade de conservação alta, e a partir dessas informações foi elaborado o plano de ação desse plano Municipal, em que foram estabelecidas seis estratégias. A partir dessas estratégias foram estabelecidas metas e ações, aliás as ações e as metas estabelecem também o prazo de execução, assim como quem são os potenciais parceiros para a execução daquelas ações, enfim com a estratégia um temos o fortalecimento da gestão Municipal, a estratégia dois é controlar a expansão urbana através de dispositivos legais, estratégia três é a ampliação das áreas verdes urbanas, a quatro fortalecer a gestão das unidades de conservação Municipal, a estratégia cinco manter o programa Integrado de educação ambiental e sensibilização social, e a estratégia de número seis é a erradicação prevenção e controle das espécies exóticas invasoras da flora local. As ações foram definidas como por exemplo na estratégia um, que é o fortalecimento da gestão ambiental municipal, contemplar ações como fortalecer a fiscalização ambiental sobre as áreas nativas, ampliar a participação social nas instâncias decisórias do Conselho Municipal do Meio Ambiente, criar programas de monitoramento dos remanescentes de áreas em recuperação da mata atlântica mapeadas no município, e revisar o plano a cada 10 anos, é importante destacar que cada uma dessas ações tem metas estabelecidas que precisam ser executadas para que alcance do objetivo de cada uma. A estratégia dois é controlar a expansão urbana através de dispositivos legais, como ações temos a identificação de ocupações irregulares em APP, em áreas ambientalmente frágeis passíveis de recuperação da vegetação nativa, promover revitalizações em áreas prioritárias e protegidas, promover constante fiscalização dos núcleos urbanos irregulares, direcionar através do plano diretor a expansão urbana para áreas não prioritárias para a conservação, fortalecer os instrumentos do licenciamento ambiental, fiscalizar a execução das condicionantes ambientais. Na estratégia de número três é a ampliação das áreas verdes urbanas, mapear as áreas verdes urbanas, priorizar a inserção de espécies nativas próprias para ambientes antropizados, elaborar o plano Municipal de arborização urbana, fomentar a



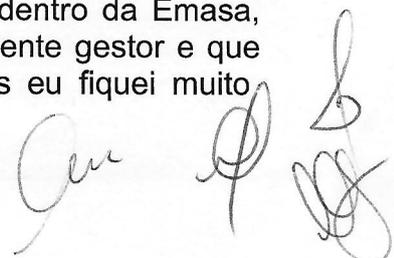
ampliação dos viveiros de mudas, e apoiar a produção e divulgação científica voltada ao conhecimento das espécies nativas do bioma mata atlântica. Já na estratégia quatro é fortalecer a gestão das unidades de conservação municipal, avaliar a viabilidade de implantação dos corredores ecológicos mapeados no diagnóstico do plano, potencial para a criação de alguma categoria das unidades seja de proteção integral ou seja de Uso Sustentável, incentivar parcerias público-privadas para projetos de conservação previstos nos planos de manejo. A estratégia cinco é manter o programa Integrado de educação ambiental e sensibilização social, a primeira ação é fortalecer o programa de educação ambiental, o município já dispõe de um programa de educação ambiental, apoiar as ações das entidades de educação formal e informal, estabelecer estratégias para campanhas educativas dos multimeios voltadas à sensibilização das comunidades sobre questões ambientais, buscar integração das políticas ambientais com os municípios da região, executar o plano de forma muito setorial integrada, manter o programa permanente de capacitação para servidores públicos designados para execução das ações do plano, promover ações integradas de turismo sustentável e ecoturismo, e promover eventos e atividades em datas comemorativas relacionadas ao meio ambiente. Por fim a estratégia seis é a erradicação das espécies exóticas invasoras da flora local, como ações temos previsto elaborar e aprovar o programa de erradicação das espécies exóticas invasoras, promover o enriquecimento da vegetação nativa, como a Secretária mencionou no plano também é apresentado uma proposta de minuta de lei que prevê a instituição da política Municipal de controle e a radicação de espécies exóticas invasoras, que estabelece por exemplo um prazo, porque a maior incidência de espécies exóticas invasoras estão situadas em áreas privadas, então nessa minuta de lei é proposto um prazo para que o proprietário possa fazer a remoção dessas espécies exóticas invasoras, e se ele não fizer dentro desse prazo, desde que autorizado pelo proprietário o município poderia fazer a retirada desses indivíduos, em linha anexa ao plano, vocês terão acesso a essa minuta de lei, e poderão verificar todas as outras ações que estão previstas. O mapa mostra essas áreas de maior incidência das espécies exóticas invasoras na porção Norte/Nordeste do Município, esses são os polígonos onde foram identificados essa maior incidência, e nessa imagem seguinte a porção Sul/Sudeste, e centro do território Municipal, também com os polígonos com as áreas de maior incidência dessas espécies exóticas invasoras, essa tabela é para quantificar a área de cada um desses polígonos, tendo um total de pouco mais de 500 mil metros quadrados de áreas com incidência de espécies exóticas invasoras. O Conselheiro Gilmar (Sinduscon) aponta que na região Norte, a Embraed já vem fazendo a erradicação dessas espécies exóticas, em 2007 junto com o Banco Mundial foi feito projeto de proteção de Mata Atlântica, a intenção era para criar uma unidade de conservação, e fazer o plano de manejo, e também o diagnóstico ocupacional do Estado de Santa Catarina esse diagnóstico foi entregue em 2010, se não me falha a memória nós tínhamos em Balneário Camboriú cerca de 53% de Mata Atlântica, e eu escutei agora no início da sua fala que nós temos 50% de Mata Atlântica remanescente. A Presidente explana que apesar de Balneário Camboriú ser chamada de selva de pedra, ainda temos uma parcela proporcionalmente relevante de Mata Atlântica, nós temos dois grandes desafios na minha opinião em Balneário Camboriú as espécies exóticas invasoras, porque nós não temos grandes áreas para recuperar, mas temos que combater as exóticas invasoras, o nosso maior desafio é manter o que nós temos por causa da pressão Imobiliária. Nós estamos no momento ideal de discutir isso, porque no plano diretor a ideia do adensamento urbano é que ele não é ruim ele tem o seu ônus e seu bônus, e no nosso caso nós temos que fazer o bônus do adensamento, preservando as áreas verdes que nós ainda temos, tanto nas áreas adensadas, o máximo possível de vegetação que a gente conseguir dentro da arborização urbana, então o meu apelo para vocês é... e até vou tentar ler um pouco dessa apresentação aqui pro plano diretor, é que trabalheemos em cima da transferência de potencial construtivo, aliás direito de construir



dessas áreas que serão priorizadas na conservação, para outras áreas onde o adensamento é possível, é melhor que um prédio cresça e fique maior do que a gente ocupe essas morrarias, essas áreas de restinga, e de vegetação que são prioritárias para conservação. O Conselheiro Gilmar (Sinduscon) acorda que é exatamente isso nós temos que ocupar o que já tá ocupado e não ocupar o que não está ocupado, como é que faz isso? Transferência de potencial construtivo, é fácil todo mundo tem a sua "propriedade" (direito) de construir, eu acho que a maior evolução nesse quesito para Balneário foi o plano de manejo da APA isso foi uma conquista muito grande, não é a perfeição, não nada é perfeito, assim como o código policial não é perfeito, mas é o que nós temos é isso, e que vai ajudar a fazer a manutenção dessa região. Agora não podemos também tirar o direito de executar, se o cidadão não pode construir naquele local, ele já executa onde já está executado, é mais fácil, ele aumenta dois três quatro pavimentos, onde já tem ocupação, a verticalização é o melhor para o meio ambiente nesse quesito se você ocupar, por exemplo uma casa ela já tá construída qual é a diferença em você aumentar, eu não posso desmatar o lado da casa que tem fragmento de floresta, mas me permita então o direito de edificar do lado, não é difícil, acho que esse é o momento bom Presidente de se fazer essa discussão, porque nós estamos diante de uma cidade que todo mundo fala que é a Selva de Pedra, e os dados das informações comprovam que ao contrário nós temos sim uma cidade que 80% da população, reside em 20% da área, mas o restante está praticamente preservado, nas regiões das praias agrestes tem lugar com Mata Nativa, então temos que colocar isso sim dentro do plano diretor, a possibilidade da transferência desse potencial para a área já ocupada, perfeito, tem meu apoio e o Fabiano é uma pessoa muito aberta ele entende também desse quesito, você pode conversar com ele nesse sentido, as pessoas têm uma consideração muito grande pelo o que representamos na cidade, você é testemunha disso eu sou membro do SINDUSCON e sou membro do Conselho a quase 10 anos, e uma das diretrizes que nós determinamos no SINDUSCON é que não iríamos ter representante no plano de manejo da APA para que as pessoas não pensassem que a construção civil iria ali edificar, o sindicato não quer o contrário ele quer a preservação, aquele ali é o nosso Central Parque. A Presidente concorda e relata que irá tentar apresentar esse resumo da apresentação da Sandra, no plano diretor. Para que tenhamos em mente a hora que formos trabalhar em cima de zoneamento e índice construtivo, precisamos preservar o que nós temos de verde, não tem como voltar atrás, não existe retorno depois que a gente destruiu uma área de vegetação, ela pode até se recompor mas o que tinha ali foi perdido, e não sabemos nem o que estaríamos perdendo, vou pedir para vocês para quando começar essas discussões do plano diretor, que vocês nos ajudem nesse sentido, porque é a única forma de preservarmos esse pouco que nós temos, acho que já é muito mais do que todo mundo imaginava, então vamos bater nessa tecla e juntar nossas forças pra preservarmos isso. O conselheiro Gilmar (Sinduscon) relata que Balneário Camboriú não teve em 60 anos perda de mangue, ao contrário nossos mangues aumentaram. O Conselheiro Eduardo Sonda (CREA-SC) acorda com tudo que vocês expuseram e um dos maiores ambientalistas de Itajaí o Amaro que trabalhou muito tempo no viveiro fazenda nativa, já falava isso há 20 anos atrás, ele é muito mais favorável à verticalização do que horizontalizar como condomínios e loteamentos, porque se tem muito preconceito com verticalização, pois se fala muito em Selva de Pedras, mas é preferível verticalizar e manter preservado o que já temos, então concordo integralmente com essa questão de repassar o potencial construtivo das áreas na APA Costa Brava ou áreas com remanescente florestal para a área urbana antropizada. A Presidente questionasse algum conselheiro teria alguma consideração, os demais não se pronunciaram, como combinada iremos disponibilizar o link do Drive, a empresa é mesma que fez o diagnóstico sócio ambiental, então não foi fácil fazer a coisa acontecer, da última vez que vimos o documento estava dentro da conformidade graças a Sandra e a Angélica que entraram no

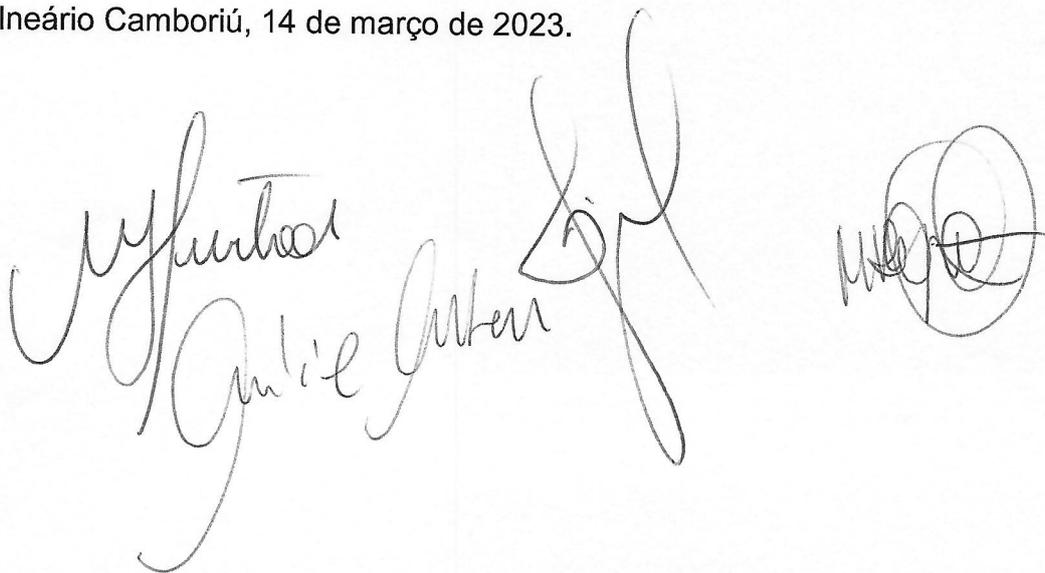


processo e são muito comprometidas, elas conseguiram ler o documento e revisar, então eu vou pedir para elas só darem uma olhada ali no link antes de compartilhar para vocês, mas a minha intenção é amanhã ou depois já compartilhar com vocês para verificação, e enquanto isso eu alinho com a empresa se ela pode fazer a apresentação na reunião, assim alinhamos os feedbacks ou alterações antes da apresentação. O Conselheiro Gilmar (Sinduscon) como representante aborda uma preocupação muito grande dos empresários da construção civil com relação à questão da imagem, eu conversei com o Douglas e eu queria perguntar para a Presidente/Secretária se você está acompanhando como é que está isso? A Presidente relata que está acompanhando sim, inclusive agora o Prefeito fez um fórum intersetorial para acompanhar ali os desdobramentos das ações da Emasa, para recuperação da ETE, o Douglas já deveria ter enfrentado isso de frente, ou seja, em momento algum o prefeito nos pede ou orienta de passar pano ou deixar qualquer coisa encoberta, ao contrário quando temos um problema precisamos falar dele, vamos enfrentá-lo esse é o posicionamento do Fabrício. Ele não pede para passar pano em momento algum, e assim o discurso externo quando é político do agente político como eu sou, apesar de ser técnica sou uma agência política, no momento é sempre a de que nós estamos passando pano, quando o Douglas fala a impressão que dá é que ele tá querendo aliviar o problema, então assim quando o prefeito montou aquele fórum intersetorial e teve uma reunião na sexta-feira lá na OAB, quem falou foram os técnicos, o Douglas quase não falou, eles explicaram a situação, eles falaram inclusive Gil, do sentimento que eles têm de estar sendo atacados, porque o objetivo é o ataque político, mas que respinga neles, porque eles estão tomando decisões técnicas baseado num problema que aconteceu, e eu até dei o exemplo no dia, tem gente que compra o carro automático zero e do nada queima um circuito lá o carro parou e custa quase uma fortuna, para corrigir, então assim pode acontecer, o que houve é a imagem, tinha todo o planejamento de modernização da ETE que estava pronto para ir para o forno, para ser implantado, e de repente a lagoa da Emasa deu um problema da Manta que que perfurou e que eles tiveram que tomar decisões técnicas inclusive com o IMA, para as próximas ações. A decisão/sugestão nesta reunião que eu estava presente da Emasa era manter a lagoa em funcionamento, mesmo com o problema, depois de ter corrigido a manta, e mesmo depois que ela deu o segundo problema que ela criou uma bolha de ar e levantou a manta novamente, a sugestão dos técnicos da Emasa era perfurar a manta e continuar operando a lagoa, isso faria com que a eficiência da lagoa não caísse tanto, ou seja, o esgoto ia ser jogado no rio como a eficiência maior, quem não aceitou isso foi o IMA e ARESC eles preferiram que o esgoto fosse jogado com menor eficiência. O Conselheiro Gilmar (Sinduscon) relata que senhor Wagner Cleiton da Fonseca não falou isso, falou sem a autorização do IMA e agora colocou todo o processo em xeque-mate, ele deu uma entrevista para o Diarinho, deu uma entrevista para vereadores, essa responsabilidade o município tem que colocar em cima dele sim, ele não pode botar uma cidade inteira em cheque, o programa em cheque. A Presidente relata que agora o Alexandre que era o gerente do IMA acompanhou todo esse processo e agora está com a Emasa e o Alexandre também ratificou o posicionamento dos técnicos, então todos os apontamentos que os Wagner fez ali no relatório dele eram foram contestados pela Emasa, e ele aceitou a contestação, então assim as decisões eram decisões técnicas, o Wagner agora já entendeu que ele foi usado politicamente, porque a o foco é derrubar o Douglas ponto é isso que tá acontecendo. O Conselheiro Gilmar (Sinduscon) afirma que o foco é derrubar o Douglas só que o Wagner tem que ter ciência da responsabilidade que ele tem como técnico, ele é um cara justo é um cara correto, não vai aqui uma defesa a ele, mas ele errou e errou feio sem autorização, ele jamais poderia ter falado em nome do IMA sem a devida autorização. A presidente diz assim como o João que está lá dentro da Emasa, sabendo de tudo eu tenho plena ciência de que o Douglas é um excelente gestor e que estava fazendo todas as programações que a Emasa precisava, mas eu fiquei muito



confortável ouvindo os técnicos a Tânia que é uma técnica de anos na Emasa, o Caio que tá mais de 17 anos na Emasa, falando pra gente o passo a passo, o Alexandre que estava lá do outro lado do IMA confirmando tudo, então assim houve um problema técnico e aí teve que se tomar decisões técnicas, que levaram a refletir lá na balneabilidade, mas essa decisão técnica foi tomada em conjunto com o IMA E ARESC e na frente do Ministério Público Estadual, porque eu estava na reunião, o doutor Isaac nem abriu a boca, ele deixou os técnicos definirem. Agora todos estão querendo sacrificar o Douglas na gestão dele, sendo que a decisão foi técnica e tomada em conjunto, então assim existe o problema técnico na Emasa que está sendo resolvido, a participação do Ministério Público foi positiva, pois ajudou a acelerar os processos licitatórios, então essa contratação direta tá sendo feita, está agilizando o processo, e eles já estão avaliando a posição de chamarem outros técnicos para avaliar a possibilidade de já colocar a lagoa para funcionar, para melhorar a eficiência, então o que houve na realidade foi uma queda brusca da eficiência da ETE em função dessa decisão técnica tomada de conjunto com IMA. Existe o problema sim, ninguém está negando e nunca negou, o Douglas estava reportando o que estava fazendo que a esvaziou a lagoa, que fez a manta, mas gera problemas pro meio ambiente, mas eu tenho certeza que eles estão tomando as melhores decisões, e estão agora com uma consultoria externa, contrataram uma consultoria que vai auxiliar ,que tem bastante experiência a nível Nacional e Internacional, inclusive dá um aporte técnico, pra equipe toda, e tende a melhorar, a expectativa é que pelo menos pra próxima temporada isso já esteja pelo menos bastante encaminhado. A Sra. Presidente agradeceu a presença, a participação e contribuições dos Conselheiros. Para fins de registro, eu, Analine Anton, Secretária nomeada para o ato, lavrei a presente ata que, aprovada, será assinada por mim e pelos demais conselheiros.

Balneário Camboriú, 14 de março de 2023.



The image shows four handwritten signatures in black ink. From left to right: the first signature is 'Analine Anton', the second is 'Gustavo Anton', the third is a stylized signature, and the fourth is a circular stamp or signature.